

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Governo decretou esta semana serviços mínimos para fazer face à greve que colocava em causa o regular abastecimento de combustíveis em todo o país.

Fê-lo, todavia, circunscrevendo esses serviços às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, desprezando completamente todos os restantes portugueses, nomeadamente os residentes nos distritos do interior ou do Alentejo.

Tal situação, já de si injusta e infundada, mostrou-se particularmente grave e discriminatória, com danos potenciais de enorme relevância para os distritos de Évora ou de Castelo Branco, entre outros, tendo desde logo presente o grande afluxo de emigrantes da nossa diáspora e de turistas que estas regiões acolhem neste período das festividades Pascais.

Notícias vindas a público esta quarta-feira, reportavam que a esmagadora maioria dos postos de abastecimento de todo o país – não só os de Lisboa e do Porto - já não tinham combustível e, nos que ainda tinham algum, verifica-se uma situação absolutamente caótica de afluxo massivo por parte dos condutores.

Acresce referir que as dificuldades de abastecimento eram nessa altura (e continuam a ser apesar do anúncio do fim da greve) extensivas às forças de segurança (PSP e GNR) e de socorro, INEM e corporações de bombeiros.

De salientar que, nestes e em muitos outros distritos, como todo o governo tem obrigação de conhecer, não há sistemas públicos de transportes dignos desse nome, sendo assim muito mais grave a dependência das pessoas relativamente ao transporte particular por contraposição aos residentes nas grandes áreas metropolitanas, não o oposto, como decorre aparentemente da deliberação do executivo.

Aliás, a única justificação plausível para uma tal atitude é a da estrita aritmética eleitoral, o que não pode ser de nenhuma forma aceite, pois, mesmo que o governo não queira saber disso para nada, a Constituição da República Portuguesa ainda consagra a igualdade de direitos entre todos os portugueses.

A situação criada com a imprevidência do atual governo exigia medidas imediatas, de exceção, que retomassem a normalidade possível para todos (não só para alguns), evitassem perdas económicas significativas e minimizassem constrangimentos também para as populações residentes nos distritos de Évora, Castelo Branco, Portalegre, Guarda, Bragança e em quase

todos os outros (em termos de mobilidade para o trabalho, lazer e aprovisionamento), depois, para os que ali se deslocam nesta altura da Páscoa.

Senhor Ministro, nestes distritos há pessoas que precisam de utilizar todos os dias o seu carro, mota ou motorizada para irem trabalhar e não têm absolutamente nenhuma outra alternativa para o fazer.

O governo tem obrigação de o saber.

Hoje anunciou-se o fim da greve dos motoristas, mas não pode ser esquecida nem aligeirada a atitude de desconsideração e discriminação para com a maior parte do território português e dos portugueses.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os deputados do PSD abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao senhor Ministro do Trabalho, por intermédio de V. Ex.^a, resposta às seguintes questões:

1. Porque é que o Governo não alargou os serviços mínimos de abastecimento de combustíveis aos distritos de Castelo Branco ou de Évora, Portalegre, Guarda ou Bragança?
2. E ao resto do país?
3. Qual a razão da discriminação da maioria dos portugueses, dos residentes em Évora, Castelo Branco, Portalegre, Guarda, Bragança e em vários outros distritos relativamente a quem mora nas áreas metropolitanas?

Palácio de São Bento, 18 de abril de 2019

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)